

# FMI pede urgência na adoção do Plano Brady

*Diário da Manhã*  
\* 3 ABR 1989 JORNAL DE BRASÍLIA

Washington — O Comitê Provisório da Junta de Diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou ontem o Plano Brady para a redução da dívida dos 39 países mais endividados do mundo, e ordenou à diretoria-executiva levá-lo à prática “com urgência”.

Essa iniciativa, lançada em 10 de março pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, pretende reduzir numa média de 200% o montante e a carga dos serviços das dívidas, embora o nível possa ser “muito maior” em casos específicos como o do México, segundo seu autor.

O comitê, que se reúne a cada seis meses e concluiu ontem suas deliberações da Primavera, reafirmou a validade dos princípios centrais da estratégia da dívida, isto é o enfoque caso por caso e a aplicação de programas de ajuste orientados para o crescimento, apoiados novos financiamentos.

Entretanto, reconheceu de fato a insuficiência desse apoio ao lançar um apelo “aos emprestadores oficiais e privados” para que o reforcem, e antecipando a escassa possibilidade de êxito nesse sentido admitiu “uma ênfase maior” nos esquemas de redução da dívida.

Isso deverá diminuir as transferências negativas que sofrem os

países devedores e liberar recursos para reativar seus investimentos internos, retraídos numa média de 24 a 170% desde 1983.

O comitê provisório, integrado pelos ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais dos 51 países membros do FMI, ordenou à diretoria-executiva do Fundo “considerar matéria de urgência” as propostas do Plano Brady.

Aprovou também que o FMI indique “montantes adequados” para facilitar as operações de redução da dívida daqueles países que “executam sadias reformas econômicas”, dedicando a isso “uma porção” dos fundos a que tem acesso os membros do contexto de programas apoiados pelo Fundo.

O ministro das Finanças da Holanda e presidente do comitê, Onno Ruding, e o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, disseram que “é impossível” quantificar os montantes que o fundo poderá usar para essas operações.

Camdessus assinalou que isso dependerá do número de países que solicitarem apoio e da qualidade de seus programas, assim como da resposta do mercado. “Quanto mais forte o programa mais necessitará de apoio financeiro, mas o benefício também deverá ser maior”, afirmou.